

## POLÍTICA FISCAL

# Estimativa preliminar do resultado primário do governo central em junho de 2024

De acordo com dados da execução orçamentária, registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal, obtidos por meio do Tesouro Gerencial, os quais fornecem boa aproximação com os dados oficiais relativos ao resultado primário que será divulgado posteriormente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN),<sup>1</sup> junho de 2024 apresentou um déficit primário de R\$ 38,1 bilhões nas contas do governo central. Conforme mostra a tabela 1, a receita líquida do governo central atingiu R\$ 161,0 bilhões nesse mês, um crescimento de 6,2% em termos reais, confrontando com o apurado em junho de 2023, ao passo que a despesa totalizou R\$ 199,2 bilhões, um acréscimo de 0,3% na mesma base de comparação. No acumulado no ano, o resultado primário apresenta um déficit de R\$ 67,3 bilhões, a preços constantes de junho, ante o déficit de R\$ 43,8 bilhões no mesmo período de 2023.

Em junho, a receita total registrou um crescimento real de 7,9%, em comparação com o montante arrecadado no mesmo mês de 2023. Isso se deu em função do bom desempenho da arrecadação das receitas administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), com expansão de 10,3%. As receitas não administradas pela RFB tiveram um aumento real de arrecadação de 4,8%, enquanto as receitas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) apresentaram um acréscimo de 3,5%. Dessa maneira, a receita líquida, após as transferências legais e constitucionais, teve alta de R\$ 9,3 bilhões (6,2%) a preços constantes. No acumulado do ano, a receita líquida de transferências registrou uma variação real positiva de 8,6%, somando um crescimento de R\$ 83,6 bilhões a preços constantes, fortemente impactada pelo bom desempenho da arrecadação das receitas administradas pela RFB – que marcaram no período um acréscimo de 11,2%, aumento real de R\$ 86,0 bilhões.

Quanto à despesa total, tem-se elevação em junho, em termos reais, de R\$ 0,5 bilhão (0,3%) em relação ao mesmo mês de 2023, impactada principalmente pela diminuição de despesas com benefícios previdenciários, em função do calendário de pagamentos do 13º salário em 2024 – decréscimo real de R\$ 7,2 bilhões (7%) – e pelo pagamento de despesas do Poder Executivo sujeitas à programação financeira – aumento de R\$ 5,6 bilhões (12,8%). No acumulado do ano até junho, a despesa teve um crescimento real de R\$ 107,1 bilhões (10,5%), em comparação ao mesmo período do ano passado – muito influenciada pelo calendário de pagamentos do 13º salário de benefícios previdenciários, pelo pagamento antecipado de sentenças judiciais e precatórios e pelo pagamento de despesas discricionárias do Poder Executivo, os quais totalizaram um crescimento real de 73,2 bilhões (13,4%).

A tabela 2 detalha a arrecadação no período. No que se refere às receitas administradas pela RFB, em junho de 2024 foi registrado um aumento real de R\$ 12,0 bilhões

### Sergio Ferreira

Analista de planejamento e orçamento na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea)

sergio.ferreira@ipea.gov.br

### Felipe Martins

Pesquisador do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dimac/Ipea

felipe.martins@ipea.gov.br

Divulgado em 11 de julho de 2024.

1. Conforme destacado em publicação anterior, disponível em: [https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2024/06/230612\\_cc\\_63\\_nota\\_20.pdf](https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2024/06/230612_cc_63_nota_20.pdf).

(10,3%) em relação ao mesmo mês de 2023. O bom desempenho das receitas administradas ocorreu na maior parte dos itens, com destaque para o forte crescimento do Imposto de Importação, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Imposto de Renda, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do Programa de Integração Social do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), totalizando um acréscimo real de R\$ 14,5 bilhões (14,9%), em comparação ao mesmo mês do ano passado. As receitas não administradas pela RFB também apresentaram um bom desempenho em junho, com crescimento real de R\$ 1,1 bilhão (4,8%).

TABELA 1  
**Governo central: resultado primário a preços constantes de junho de 2024**  
 (Em R\$ bilhões)

Período	Mensal		Taxa de variação (%)	Janeiro-junho		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses		Taxa de variação (%)
	jun./2023	jun./2024		2023	2024		Até jun./2023	Até jun./2024	
<b>1-Receita Total</b>	<b>187,7</b>	<b>202,5</b>	<b>7,9</b>	<b>1216,9</b>	<b>1319,7</b>	<b>8,4</b>	<b>2457,0</b>	<b>2553,5</b>	<b>3,9</b>
1.1 - Receita Administrada pela RFB	116,6	128,6	10,3	768,9	854,9	11,2	1506,6	1586,9	5,3
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	0,0	-0,1	-1892,4
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	47,9	49,6	3,5	289,1	302,3	4,6	600,5	630,3	5,0
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	23,2	24,3	4,8	159,0	162,5	2,2	349,9	336,4	-3,9
<b>2. Transf. Por Repartição de Receita</b>	<b>36,0</b>	<b>41,5</b>	<b>15,2</b>	<b>239,2</b>	<b>258,4</b>	<b>8,0</b>	<b>487,9</b>	<b>490,2</b>	<b>0,5</b>
<b>3. Receita Líquida (1-2)</b>	<b>151,7</b>	<b>161,0</b>	<b>6,2</b>	<b>977,7</b>	<b>1061,3</b>	<b>8,6</b>	<b>1969,0</b>	<b>2063,3</b>	<b>4,8</b>
<b>4. Despesa Total</b>	<b>198,7</b>	<b>199,2</b>	<b>0,3</b>	<b>1021,5</b>	<b>1128,6</b>	<b>10,5</b>	<b>2021,4</b>	<b>2323,4</b>	<b>14,9</b>
4.1 Benefícios Previdenciários	101,8	94,6	-7,0	461,9	501,9	8,7	874,5	976,1	11,6
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	28,2	28,7	2,0	171,5	174,5	1,8	369,9	381,7	3,2
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	24,7	26,1	5,9	158,5	192,3	21,4	329,9	405,2	22,8
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	44,1	49,7	12,8	229,6	259,9	13,2	447,2	560,5	25,3
<b>5. Resultado Primário Governo Central - Acima da linha (3 - 4)</b>	<b>-47,0</b>	<b>-38,1</b>	<b>18,8</b>	<b>-43,8</b>	<b>-67,3</b>	<b>-53,7</b>	<b>-52,4</b>	<b>-260,1</b>	<b>-396,4</b>

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea).

No acumulado até junho, a receita total registrou um crescimento real, em comparação com mesmo período de 2023, de R\$ 102,8 bilhões (8,4%). As principais variações positivas ocorreram na receita administrada pela RFB, que teve variação real positiva de R\$ 86,0 bilhões (11,2%), com destaque para o Imposto de Renda, com alta de R\$ 29,4 bilhões (7,6%), Cofins, com aumento de R\$ 36,3 bilhões (25,4%), e PIS/Pasep, com crescimento de R\$ 9,8 bilhões (23,2%).

Ao desagregar as despesas (tabela 3), pode-se notar que em junho houve um crescimento real de apenas 0,3%, após forte crescimento real observado nos primeiros meses do ano, em comparação aos mesmos meses de 2023. Esse crescimento significativamente menor ocorreu em função da redução das despesas com benefícios previdenciários, impactada pelo calendário de pagamento do 13º salário, registrando um decréscimo real de R\$ 7,2 bilhões (7,0%), compensando parcialmente o aumento real de outras despesas, principalmente das despesas discricionárias do Poder Executivo que tiveram uma elevação real, em comparação com o mesmo período do ano passado, de R\$ 4,4 bilhões (26,3%).

As despesas totais, no acumulado do ano até junho, se comparadas com o mesmo período de 2023, tiveram um crescimento real de R\$ 107,1 bilhões (10,5%), com destaque para o crescimento real de despesas com benefícios previdenciários, R\$ 40,0 bilhões (8,7%); com sentenças judiciais e precatórios, R\$ 13,0 bilhões (69,2%); despesas com créditos extraordinários, R\$ 7,6 bilhões (755%); com Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/Loas) e Renda Mensal Vitalícia (RMV), R\$ 8,0 bilhões (17,3%); e com as despesas discricionárias do Poder Executivo, R\$ 20,2 bilhões (30,8%), fortemente impactadas pelo pagamento de emendas parlamentares até junho – que passaram, em valores correntes, de R\$ 9,5 bilhões no primeiro semestre de 2023 para R\$ 20,8 bilhões em 2024.

TABELA 2

## Principais componentes da receita do governo central a preços constantes de junho de 2024

(Em R\$ bilhões)

Período	Mensal		Taxa de variação (%)	Janeiro-junho		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses		Taxa de variação (%)
	jun./2023	jun./2024		2023	2024		Até jun./2023	Até jun./2024	
<b>1-Receita Total</b>	<b>187,7</b>	<b>202,5</b>	<b>7,9</b>	<b>1216,9</b>	<b>1319,7</b>	<b>8,4</b>	<b>2457,0</b>	<b>2553,5</b>	<b>3,9</b>
<b>1.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>116,6</b>	<b>128,6</b>	<b>10,3</b>	<b>768,9</b>	<b>854,9</b>	<b>11,2</b>	<b>1506,6</b>	<b>1586,9</b>	<b>5,3</b>
1.1.01 Imposto de Importação	4,5	6,6	45,9	28,1	33,7	19,9	61,6	62,1	0,8
1.1.02 IPI	5,3	6,8	28,0	29,2	37,2	27,4	59,9	69,8	16,5
1.1.03 Imposto de Renda	53,8	58,0	7,8	388,3	417,7	7,6	736,2	755,3	2,6
1.1.04 IOF	5,2	5,5	5,2	31,4	32,4	3,1	64,5	65,5	1,5
1.1.05 Cofins	26,7	32,2	20,8	142,8	179,1	25,4	298,6	341,3	14,3
1.1.06 PIS/Pasep	7,4	8,6	16,6	42,1	51,9	23,2	85,2	98,0	15,0
1.1.07 CSLL	9,3	9,1	-2,6	87,6	91,1	4,0	165,0	158,9	-3,7
1.1.09 CIDE Combustíveis	0,0	0,2	7674,5	-0,2	1,5	938,4	0,0	2,9	100601,2
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	4,3	1,5	-64,6	19,6	10,4	-46,7	35,6	33,2	-6,7
<b>1.2 - Incentivos Fiscais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>	<b>-0,1</b>	<b>1892,4</b>
<b>1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>47,9</b>	<b>49,6</b>	<b>3,5</b>	<b>289,1</b>	<b>302,3</b>	<b>4,6</b>	<b>600,5</b>	<b>630,3</b>	<b>5,0</b>
<b>1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>23,2</b>	<b>24,3</b>	<b>4,8</b>	<b>159,0</b>	<b>162,5</b>	<b>2,2</b>	<b>349,9</b>	<b>336,4</b>	<b>-3,9</b>
1.4.1 Concessões e Permissões	1,5	0,0	-97,3	5,8	2,7	-53,4	12,4	6,1	-51,0
1.4.2 Dividendos e Participações	5,4	7,8	44,6	32,6	35,5	8,9	78,2	55,0	-29,7
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1,5	1,4	-3,6	8,2	8,8	7,8	18,3	18,7	2,4
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	5,6	5,6	-0,1	57,6	56,2	-2,5	130,7	116,3	-11,0
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	2,1	1,1	-50,7	11,2	11,1	-1,5	23,2	21,8	-6,0
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	2,7	2,6	-3,3	15,1	15,2	0,7	31,0	32,2	3,8
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	-	0,0	-	-	0,0	-	0,1	0,1	57,1
1.4.8 Demais Receitas Não Administradas pela RFB	4,4	5,8	30,4	28,4	33,0	15,9	55,9	86,1	54,0
<b>2. Transf. Por Repartição de Receita</b>	<b>36,0</b>	<b>41,5</b>	<b>15,2</b>	<b>239,2</b>	<b>258,4</b>	<b>8,0</b>	<b>487,9</b>	<b>490,2</b>	<b>0,5</b>
<b>3. Receita Líquida (1-2)</b>	<b>151,7</b>	<b>161,0</b>	<b>6,2</b>	<b>977,7</b>	<b>1061,3</b>	<b>8,6</b>	<b>1969,0</b>	<b>2063,3</b>	<b>4,8</b>

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: IOF – Imposto sobre Operações Financeiras; CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico; FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; e LC – lei complementar.

TABELA 3

## Principais componentes da despesa do governo central a preços constantes de junho de 2024

(Em R\$ bilhões)

Período	Mensal		Taxa de variação (%)	Janeiro-junho		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses		Taxa de variação (%)
	jun./2023	jun./2024		2023	2024		Até jun./2023	Até jun./2024	
<b>4. Despesa total</b>	<b>198,7</b>	<b>199,2</b>	<b>0,3</b>	<b>1021,5</b>	<b>1128,6</b>	<b>10,5</b>	<b>2021,4</b>	<b>2323,4</b>	<b>14,9</b>
<b>4.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>101,8</b>	<b>94,6</b>	<b>-7,0</b>	<b>461,9</b>	<b>501,9</b>	<b>8,7</b>	<b>874,5</b>	<b>976,1</b>	<b>11,6</b>
<b>4.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>28,2</b>	<b>28,7</b>	<b>2,0</b>	<b>171,5</b>	<b>174,5</b>	<b>1,8</b>	<b>369,9</b>	<b>381,7</b>	<b>3,2</b>
<b>4.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>24,7</b>	<b>26,1</b>	<b>5,9</b>	<b>158,5</b>	<b>192,3</b>	<b>21,4</b>	<b>329,9</b>	<b>405,2</b>	<b>22,8</b>
4.3.01 Abono e Seguro-Desemprego	8,3	8,5	2,1	47,2	46,9	-0,5	69,5	75,8	9,1
4.3.02 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	7,9	9,2	16,0	46,2	54,2	17,3	90,5	104,5	15,5
4.3.03 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	0,1	1,3	1102,5	1,0	8,6	755,0	36,5	10,5	-71,3
4.3.04 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
4.3.05 FUNDEB (Complem. União)	3,0	3,5	16,1	20,3	24,5	20,7	38,0	43,3	14,1
4.3.06 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1,4	1,5	11,0	7,5	8,7	16,4	17,0	19,3	13,6
4.3.07 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	0,3	0,3	-4,1	2,1	2,0	-4,0	4,3	4,1	-4,2
4.3.08 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	0,3	0,4	30,7	18,8	31,7	69,2	28,5	86,5	203,3
4.3.09 Subsídios, Subvenções e Proagro	1,5	0,8	-50,1	8,9	10,1	12,6	15,6	23,7	51,8
4.3.10 Impacto Primário do FIES	0,2	0,0	-100,0	1,0	0,8	-22,9	0,4	1,5	312,8
4.3.11 Demais Despesas Obrigatórias	1,6	0,6	-60,4	5,5	4,8	-13,1	29,8	36,1	21,3
<b>4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira</b>	<b>44,1</b>	<b>49,7</b>	<b>12,8</b>	<b>229,6</b>	<b>259,9</b>	<b>13,2</b>	<b>447,2</b>	<b>560,5</b>	<b>25,3</b>
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	27,5	28,7	4,7	163,9	173,9	6,1	284,9	350,0	22,9
4.4.2 Despesas Discricionárias	16,6	21,0	26,3	65,7	85,9	30,8	162,3	210,5	29,7

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: PAC – Programa de Aceleração do Crescimento; Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica; MPU – Ministério Público da União; DPU – Defensoria Pública da União; Proagro – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária; e Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

**Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):**

Claudio Roberto Amitrano (Diretor)  
Mônica Mora y Araujo (Coordenadora-Geral de Estudos e Políticas Macroeconômicas)

**Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:**

Claudio Hamilton Matos dos Santos (Editor)  
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos  
Leonardo Mello de Carvalho  
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti  
Maria Andréia Parente Lameiras  
Mônica Mora y Araujo  
Sandro Sacchet de Carvalho  
Sergio Fonseca Ferreira

**Pesquisadores Visitantes:**

Cristiano da Costa Silva  
Debora Mesquita Pimentel  
Felipe dos Santos Martins

**Equipe de Assistentes:**

Beatriz de Luna Barreto  
Caio Rodrigues Gomes Leite  
Diego Ferreira  
Izabel Nolau de Souza  
Marcelo Lima de Moraes  
Marcelo Guedes Peclly  
Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

**Equipe de Administrativa:**

Amanda Fernandes Tatagiba  
Lidiane Santos de Souza  
Aline Conceição Santos  
Rosanne Rodrigues Barbosa

**Design/Diagramação:**

Augusto Lopes dos Santos Borges  
Leonardo Simão Lago Alvite

---

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

---